Estudos de Áreas e Geografia no Brasil

Area Studies and Geography in Brazil

Estudios de Áreas y Geografía en Brasil

Rodrigo Dutra Gomes[1]

1. Prof. Dr. do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE e do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFPE. Contato: rodrigo.dutragomes@ufpe.br . ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6452-3933.

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2025v13n1p190-211

Submetido em: 16 de dezembro de 2024
Aceito em: 20 de junho de 2025

RESUMO

Frente à reanimação contemporânea dos estudos de áreas estrangeiras nas diversas disciplinas, como a Geografia no Brasil tem pesquisado esta temática? Discernimos aqui quatro formas pelas quais têm sido realizados: (3) estudos de área sem Geografia, (4) análises territoriais, geopolíticas e regionais de processos, países e regiões, (5) Globalização e integração regional críticas e (6) ancestralidade crítica. Foram realizadas pesquisas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPQ, organizando os resultados por continentes. Observou-se que a maioria dos estudos de áreas ocorre em outras disciplinas. Na Geografia, os estudos de áreas se dão por análises sociais, geopolíticas e econômicas, incluindo estudos sobre globalização e integração da América Latina, seus desafios e perversidades. A Ásia aparece principalmente nos estudos sobre a China e sua influência nos BRICs e em outras regiões do mundo. Pelo que chamamos de 'ancestralidade crítica', a África tem sido muito estudada por africanos em intercâmbio no Brasil e, cada vez mais, incorporada no currículo de formação de geógrafos, servindo de referência, junto com a Europa, para construções críticas sobre o processo de regionalização do mundo.

Palavras-chave: Estudos de áreas; Geografia; análises críticas; globalização e integração regional.

ABSTRACT

In response to the contemporary revival of area studies in various disciplines, how has Geography in Brazil researched this theme of international studies? We identify here four ways in which has approached this field: (3) area studies without Geography, (4) territorial, geopolitical, and regional analyses of processes, countries, and regions, (5) critical globalization and regional integration, and (5) critical ancestry. Research was conducted in the CAPES Thesis and Dissertations Catalog and in the CNPQ Research Groups Directory, with results organized by continents. It was observed that most area studies occur in other disciplines. In Geography, area studies are carried out through social, geopolitical, and economic analyses, including studies on globalization and the integration of Latin America and the Global South, focusing on the challenges and perversions generated by such processes. Asia appears primarily in studies on China and its influence in the BRICS. Africa has been extensively studied by Africans on

exchange programs in Brazil and is incorporated into the curriculum for the training of geographers, serving as a reference, along with Europe, for critical constructions about the process of world regionalization.

Keywords: Area studies; Geography; critical analysis; Globalization and regional integration.

RESUMEN

Ante la reactivación contemporánea de los estudios de áreas en diversas disciplinas, cómo ha investigado la Geografía científica en Brasil este tema de los estudios internacionales? Identificamos aquí cuatro formas: (3) estudios de área sin Geografía, (4) análisis territoriales, geopolíticos y regionales de procesos, países y regiones, (5) globalización e integración regional crítica, y (6) ancestralidad crítica. Se realizaron investigaciones en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de CAPES y en el DGP/CNPQ, organizando los resultados por continentes. Se observó que la mayoría de los estudios de áreas ocurren en otras disciplinas. En Geografía, los estudios de áreas se realizan a través de análisis sociales, geopolíticos y económicos, incluyendo estudios sobre globalización e integración de América Latina y del Sur, enfocándose en los desafíos y las perversidades generadas por dichos procesos. Asia aparece principalmente en los estudios sobre China y su influencia en los BRICS. África ha sido muy estudiada por africanos en intercambio en Brasil y se incorpora al currículo de formación de geógrafos, sirviendo como referencia, junto con Europa, para construcciones críticas sobre el proceso de regionalización del mundo.

Palabras clave: Estudios de áreas; Geografía; análisis críticos; globalización e integración regional.

1 INTRODUÇÃO

A reanimação da pesquisa em estudos de áreas estrangeiras tem sido observada em diversas disciplinas, contextos e países (BUSSE et al., 2024; CHENG; LIU, 2022; SHARP, 2019; SIDAWAY et al., 2016). Na Geografia, sua negligência e expansão têm sido problematizadas em temáticas geopolíticas e pós-coloniais, com a possibilidade de novos significados epistemológicos conforme a "difração" inerente aos lugares (SHARP, 2019). Nesse panorama, como a Geografia no Brasil tem pesquisado a temática dos estudos de áreas? Partindo dessa questão central, pretende-se oferecer o panorama de "animação" dos estudos de áreas nas últimas décadas nas pesquisas em Geografia no Brasil, tanto em termos de temáticas desenvolvidas, quanto apresentar as condições de sua negligência e revitalização nesta disciplina, buscando discernir perspectivas e contextos históricos e políticos de sua produção.

Apesar do notável avanço dos estudos de áreas estrangeiras na Geografia Brasileira, ainda não foram realizadas análises gerais de como esta temática se desenvolveu e tem se posicionado frente aos desafios internacionais contemporâneos. Considera-se aqui que os estudos de área não são apenas produtos da delimitação de regiões ou especializações temáticas. Entende-se que as definições, enfoques analíticos e delimitações dessas "áreas", ao se tratar 'do outro', são construídas por redes políticas, epistemológicas e institucionais, e não simplesmente recortes objetivos no espaço. Assim, os estudos de área devem ser lidos como arranjos

dinâmicos e situados de produção de saber, moldados por interesses e conexões interescalares (CHESKIN; JAŠINA-SCHÄFER, 2022).

Relevando a importância e atualidade dos desafios geopolíticos do século XXI — relacionados às incertezas bilaterais entre o Brasil e países como os Estados Unidos, vizinhos sul-americanos ligados ao Mercosul (como Argentina e Venezuela), ao fortalecimento dos BRICS neste século, atualmente frente às 'guerras tarifárias', e aos crescentes interesses estratégicos, econômicos e culturais do Brasil no continente africano — seriam estes os mesmos protagonistas dos estudos de áreas estrangeiras na Geografia? Quais foram as condições de sua negligência e reanimação na Geografia no Brasil? Quais temáticas se destacam? Podemos discernir alguma característica predominante nas pesquisas? Como o continente africano e asiático têm sido pesquisados pela Geografia?

Diante dessas perguntas, o objetivo é realizar uma apreciação geral sobre como os estudos de áreas estrangeiras na Geografia se desenvolveram e se apresentam atualmente, incluindo algumas condições históricas e políticas que influenciaram tanto na sua negligência ao longo do século XX, quanto na sua "animação" no século XXI.

Foram realizadas consultas no Diretório de Grupos de Pesquisa (DRG) do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) (CTDC), selecionando teses e dissertações dos últimos 36 anos, do ano de 1988 a 2024, sendo 1988 o ano da pesquisa mais antiga postada no catálogo envolvida com o tema. A busca por título, linha de pesquisa e palavra-chave dos nomes das regiões do mundo (Ásia, África, Oriente Médio, América Latina e do Sul, América do Norte) teve a intenção de oferecer um panorama quantitativo para auxiliar as discussões críticas. Além da Geografia, foram quantificados estudos nos campos de Ciências Políticas, Relações Internacionais, Política Internacional, Economia, Sociologia, Educação e História. Pela pesquisa realizada no Diretório e Catálogo, essas áreas do conhecimento são as que mais produzem pesquisas das regiões do mundo – por isso foram selecionadas. A intenção é contextualizar os estudos na Geografia em relação às outras áreas do conhecimento, além de diagnosticar possíveis preferências gerais. Apenas para Geografia foi possível discernir quais eram especificamente os estudos de área.

Se as pesquisas anteriores publicadas sobre o tema se constituíram nos próprios estudos de áreas estrangeiras, a pretensão aqui é destacar a consolidação de um campo de investigação. Assim, o presente texto é muito mais um convite à leitura das pesquisas do que representações absolutas sobre o tema. Porém, realizar tal apreciação busca contribuir não somente para a divulgação de pesquisas, mas principalmente oferecer uma leitura sobre como o mundo tem sido pensado e problematizado pela Geografia Brasileira, incluindo os contextos que influenciaram a produção desses conhecimentos. Para o meio acadêmico dos estudos de áreas, o texto busca ser relevante também para a conscientização de possíveis lacunas, hegemonias e predominâncias de temas que, posteriormente, poderão ser problematizados, confirmados ou refutados pelos colegas. Este artigo não se propõe, então, a ser um estudo de área em si,

nem pretende aprofundar a teoria ou a prática desenvolvidas pelas pesquisas anteriores, mas sim oferecer uma visão panorâmica para auxiliar na consolidação e futuros avanços nesse campo.

O texto inicia apresentando sugestões de "condições e contextos" que influenciaram tanto a negligência quanto a "reanimação" dos estudos de áreas nas pesquisas no Brasil, não somente para a Geografia, mas em geral. Em seguida, discernimos quatro formas como os estudos de áreas aparecem na Geografia: (3) estudos de área sem Geografia; (4) análises territoriais, geopolíticas e regionais; e o que denominamos de (5) "Globalização e integração regional críticas" e (6) "ancestralidade crítica". Estas conceituações são propostas de classificação elaboradas a partir das pesquisas analisadas que originaram o texto. Nesse sentido, fundamentam-se nos estudos previamente discutidos, contudo, não têm a intenção de estabelecer definições fixas nem de serem tomadas como conceitos definitivos.

2 CONDIÇÕES E CONTEXTOS

Se a Guerra Fria estimulou os estudos de áreas estrangeiras sob a liderança dos Estados Unidos (WALLERSTEIN, 1997), o Brasil foi um dos países estudados pelos estudos de áreas que não poderia "cair nas garras" do comunismo. Decorrente da militarização do século XX, a produção de estudos estratégicos no Brasil sobre áreas estrangeiras ficou longo tempo ligados às agências militares, sem acesso civil às informações. Essas agências voltaram seus esforços quase que exclusivamente para atividades de monitoramento de defesa às ameaças externas, principalmente com respeito às fronteiras com os países da América do Sul (COSTA, 2017). Somado ao contexto planejador e desenvolvimentista, a influência militar e repressiva do século XX influenciou a forma como os estudos de área foram tratados no Brasil. Durante a Ditadura Militar (1964-1985), qualquer pesquisa nacional sobre o envolvimento dos militares na política nacional era censurada, restringindo o acesso civil e acadêmico a informações estratégicas sobre áreas internas e externas (VIZENTINI, 2014).

Nesse sentido, não apenas na Geografia, mas de modo geral, não parece ter havido nenhuma política estratégica do Estado, desenvolvida em nível nacional, sobre a produção de estudos de áreas como apoio à política externa (ONUKI, 2020). De acordo com Onuki (2020) o mais próximo disso foi a estrutura organizacional do Itamaraty em forma de áreas geográficas com o apoio dos diplomatas assessorando as relações políticas e embaixadas, e depois somente na década de 90 houve a criação de centros especializados pelos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) em diversas áreas do conhecimento. No plano acadêmico brasileiro, ainda que os departamentos, institutos e centros possuíssem estudos de áreas, estes eram restritos a análises individuais de pesquisadores e grupos de pesquisas, não havendo, ao longo do século XX, uma grande ênfase e sistematicidade neste tipo de estudo (ONUKI, 2020).

O contexto autoritário e repressivo acabou também por fomentar um espírito crítico na academia que depois reverberou nos enfoques dados aos estudos de áreas atualmente. De forma geral, o autoritarismo

imposto pela Ditadura Militar de 1964 influenciou fortemente o campo das ciências humanas, reafirmando na universidade uma "cultura de oposição" em diálogo com os movimentos sociais (MOTTA, 2014). Historicamente antes mesmo do Golpe Militar de 1964, as instituições de ensino já se tornaram, nos anos 60, lugares de divulgação das pautas dos movimentos sociais e das lutas políticas. A universidade foi uma das principais instituições reprimidas e monitoradas pela ditadura militar, pois era considerada uma das instituições-chave para a chamada "modernização autoritária", que visava reduzir a influência dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais sobre os valores dos jovens – que, por sua vez, repercutiria futuramente na mídia e na cultura de massa (MOTTA, 2014).

Essa "cultura de oposição" nas universidades não só se manteve presente, mas mesmo com as reformas universitárias durante a Ditadura, ela se expandiu com o aumento de estudantes de classe econômica mais baixa e contrários ao regime (MOTTA, 2014), e continuou marcante no processo de redemocratização, com a geografia acadêmica participando ativamente do movimento. Durante as lutas pela democratização, o 3º Encontro da Associação dos Geógrafos Brasileiros em 1978 foi um dos eventos com forte conotação política, social e crítica em oposição às ações da Ditadura Militar, marcando a afirmação da perspectiva crítica na Geografia do Brasil (VERDI, 2018). Inicialmente marxista nas décadas de 80 e 90, a perspectiva crítica foi sendo reelaborada no século XXI em diálogo com diversas outras teorias, abordagens e correntes filosóficas (existencialismo, feminismo, fenomenologia, descolonialidade etc).

A influência crítica foi se tornando crescente nas gerações seguintes de profissionais bacharéis e licenciados em Geografia. Por um lado, ao longo dos anos 1980, a crítica à atuação capitalista do Estado levou as primeiras gerações de geógrafos prioritariamente a pesquisas voltadas à crítica ao sistema internacional, conflitos e segregações em território nacional e na elaboração de materiais didáticos (CAMPOS, 2014). Por outro lado, a consolidação dessa perspectiva crítica acabou por fornecer, mais adiante, os fundamentos teórico-políticos que, já no século XXI, sustentaram uma abordagem crítica nos estudos de áreas, marcada pelo distanciamento em relação ao uso instrumental do saber geográfico por interesses geoestratégicos.

A abertura econômica ao neoliberalismo nos anos 90 gerou crises econômicas e sociais internas que reafirmaram a consciência das exclusões sociais no processo de Globalização (GONÇALVES, 1998). Com o fim da Guerra Fria, no século XXI estabeleceu-se na América do Sul a chamada "onda rosa", com a maioria dos países da região sendo governados por partidos de centro-esquerda e críticos ao neoliberalismo, o que, por sua vez, abriu um campo político favorável às pesquisas de caráter crítico ao capitalismo e envolvendo movimentos sociais e suas demandas. Sob esta influência consolida-se nas ciências humanas no Brasil uma leitura crítica sobre a globalização neoliberal e processos capitalistas associados (SANTOS, 2019). Num contexto de expansão e interiorização das universidades e da pós-graduação no Brasil (NOVAES; LAMEGO, 2022), o imaginário crítico se afirma na Geografia acadêmica, permeando diferentes temáticas e abordagens, com diversos estudos bibliométricos tendo

observado atualmente a influência majoritária dos autores da tradição crítica na disciplina (SANTOS, 2019, PINTO, 2022, PINTO et al. 2021).

Neste contexto, os estudos de áreas estrangeiras se expandem na Geografia no Brasil no século XXI principalmente pelas pesquisas em Relações Internacionais (VITTE et al., 2022), realizando análises e investigações geográficas nas temáticas políticas, econômicas e físico-naturais. Tais pesquisas passaram a integrar de forma recorrente a programação de congressos e encontros acadêmicos — em níveis nacional, regional e local —, resultando também na publicação de livros e crescentes artigos em periódicos especializados. As áreas estrangeiras passam a ser estudadas por um filtro epistemológico-geopolítico de viés crítico que não apenas analisam, mas também as reposicionam politicamente, referenciando determinadas regiões como categorias epistemológicas, influenciadas por disputas e agendas geopolíticas nacionais. Sem pretender abarcar todos os tipos, discernimos aqui 4 formas pelas quais os estudos de área têm sido realizados: (3) estudos de área sem Geografia, (4) análises territoriais, geopolíticas e regionais de processos, países e regiões, (5) Globalização e integração regional críticas, problematizando processos de integração globais e regionais, e (6) Ancestralidade crítica: novas possibilidades, destacando as possibilidades críticas a partir dos legados das identidades históricas e sociais, em destaque para a educação sobre a África.

3 ESTUDOS DE ÁREA SEM GEOGRAFIA: A PESQUISA GEOGRÁFICA "PARA DENTRO"

No Brasil a pesquisa geográfica foi historicamente voltada para o território nacional, sendo pouco mobilizada como instrumento estratégico para o estudo de áreas estrangeiras. A continentalidade – associada à extensa dimensão territorial do país – orientou os discursos oficiais e os investimentos estatais na produção geográfica ao longo dos séculos XIX e XX. Os temas prioritários incluíam o conhecimento interno do território, sua integração e a gestão das fronteiras. A criação das Sociedades de Geografia (desde 1838), dos Institutos Históricos e Geográficos no século XIX, e posteriormente do IBGE (1936) e do CNG (1937), refletiu um projeto estatal de racionalização e controle do território, marcado por uma visão centralizadora. A Geografia foi instrumentalizada como ferramenta ideológica de construção da identidade nacional e territorialização do poder estatal e privado.

A fundação dos cursos de Geografia em São Paulo (1937) e no Rio de Janeiro (1938) visava formar uma elite técnica e intelectual dedicada ao conhecimento do território interior e à consolidação da identidade nacional. Essa formação foi fortemente influenciada pela tradição regional francesa, com destaque para De Martonne, Brunhes, Febvre e Demangeon (MONTEIRO, 1978). No pós-guerra, a lógica geopolítica da Guerra Fria e a influência dos EUA impulsionaram políticas regionais sob uma perspectiva mackinderiana. A criação de órgãos como SUDENE, SUDAM, SUDECO etc e projetos como RADAMBRASIL consolidaram uma Geografia funcionalista (CAMPOS, 2014). Com o avanço do neoliberalismo nos anos 1990, as políticas regionais foram desarticuladas.

Tentativas de reativação no governo Lula mostraram-se limitadas (COÊLHO, 2015), e os estudos atuais seguem setorizados entre instituições como Universidades, IBGE, IG, CPRM, ANA, EMBRAPA, INPE e IPEA.

Com a Geografia no século XX desenvolvendo uma tradição de pesquisa "para dentro", mesmo com a reanimação a partir da Geografia das Relações Internacionais (GRI) (VITTE et al., 2022), no século XXI os estudos de países estrangeiros se desenvolveram principalmente em outros campos como Ciências Políticas, Política Internacional, Relações Internacionais, Economia e História. A Tabela 1 apresenta um panorama quantitativo dos centros e grupos de pesquisa registrados no CNPQ por área do conhecimento e a Tabela 2 o quantitativo de teses e dissertações do Catálogo da CAPES, defendidas nos últimos 36 anos (1988 a 2024), sobre regiões e países estrangeiros. O objetivo da Tabela 1 e 2 é comparar quantitativamente a Geografia em relação às outras disciplinas, vislumbrando a situação contextual das pesquisas geográficas nos estudos dos países e regiões do Mundo. Contudo, ainda será necessário verificar, em investigações posteriores, o quanto destas pesquisas nas outras disciplinas são realmente estudos de áreas. Isso pode caracterizar o que Child e Barnes (2019) chamaram de "estudos de áreas sem Geografia" ao criticar abordagens acadêmicas de pesquisas que, embora se apresentem como estudos regionais ou territoriais, desconsideram os fundamentos epistemológicos e metodológicos centrais da Geografia, como a análise espacial, relações entre escalas, relações dos lugares, dinâmicas territoriais e geopolíticas, bem como o uso de técnicas específicas como cartografia, sistemas de informação geográfica (SIG) e geoprocessamento. Neste texto, apenas para a Geografia distinguimos quais teses e dissertações, de fato, se configuram como estudos de áreas — o que apresentaremos no próximo tópico.

Tabela 1 - Número de Grupos de Pesquisa por áreas do conhecimento cadastrados no CNPQ - DRG que estudam regiões do mundo.

	Áreas de Conhecimento					
Regiões do mundo	Geografia	Ciências Políticas	Economia	Sociologia	Educação	História
Ásia	1	10	9	4	6	9
África	8	12	4	13	55	77
Europa	0	5	1	1	2	8
Oriente Médio	0	6	0	0	0	2
Améroca do Norte	0	11	0	1	0	10
América latina	12	57	20	35	39	40

Fonte: BRASIL (2024). Organizado pelo autor.

Tabela 2 - Quantidades de Teses e Dissertações produzidas no Brasil disponíveis no CTDC por região do mundo.

	Áreas de Conhecimento							
Regiões do mundo	Geografia	Ciências Políticas	Relações Internacionais	Política Internacional	Economia	Sociologia	Educação	História
África	26	70	50	32	28	51	81	326
Ásia-China	15	95	86	62	118	48	5	28
Europa	3	26	11	19	19	13	34	108
América latina	110	351	61	48	146	157	267	240
Oriente Médio	4	11	8	9	1	5	25	29
América do Norte	12	114	55	113	55	28	30	261
América do Sul	72	91	59	62	32	20	14	76

Fonte: BRASIL (2024). Organizado pelo autor.

As Tabelas 1 e 2 revelam padrões que destacam não apenas desigualdades regionais de interesse, mas também algumas assimetrias entre as áreas do conhecimento. A Geografia ocupa uma posição secundária, tanto em número de grupos de pesquisa cadastrados no CNPq quanto na quantidade de teses e dissertações, com sua inserção nos debates internacionais mostrando-se reduzida quando comparada às outras áreas. Na Tabela 1, observa-se apenas 21 grupos de pesquisa da Geografia voltados ao estudo de regiões do mundo, sendo a área com menor presença entre os campos analisados. Áreas como Ciência Política, História, Sociologia e Educação demonstram maior atuação, com destaque para História e Educação nos estudos sobre a África, e Ciência Política e Economia nas pesquisas sobre América Latina e Ásia. Na Tabela 2 o padrão se repete: a produção geográfica é menor em relação à de outras áreas. Embora haja maior número de trabalhos (com destaque para as regiões da América Latina e América do Sul), a Geografia ainda é minoritária.

A América Latina e a África aparecem como as regiões mais estudadas no conjunto das áreas, revelando um esforço crítico de recuperação dos laços históricos, econômicos, sociais e culturais que conectam essas regiões ao Brasil. Para a África, a História lidera com 326 trabalhos, seguida por Educação (81) e Sociologia (51). Esse cenário corrobora a ideia de que o campo da História tem assumido papel de destaque na reconstrução das conexões Sul-Sul. A América Latina, por sua vez, concentra o maior número de pesquisas em todas as áreas, incluindo a Geografia, o que aponta para uma valorização da identidade regional e dos processos de integração continental, como indicam Carvalho e Cimini (2019).

No caso da Ásia, especialmente da China, e da América do Norte, os dados revelam uma concentração das pesquisas nas áreas de Economia, Ciência Política, Relações Internacionais e Política Internacional. Esse interesse é esperado frente à crescente importância geopolítica e econômica dessas regiões para o Brasil, considerando que China e Estados Unidos são seus principais parceiros comerciais. Como destacam Rocha (2023) e Caixeta (2018), os estudos de área dentro das Relações Internacionais estão em expansão, e os BRICS, com destaque para a China, figuram entre

os temas mais recorrentes na produção da área. A Geografia, no entanto, apresenta números baixos nesses contextos: apenas 15 trabalhos sobre a Ásia-China e 12 sobre a América do Norte, o que pode sugerir uma limitação na inserção da área nos debates geográficos internacionais.

O caso da Europa pode ser um exemplo. Apesar de seu legado histórico e colonial na formação do Brasil e de suas instituições científicas, a região aparece com baixa densidade de estudos em todas as áreas, com exceção da História. A Geografia não apresenta grupo de pesquisa dedicado à Europa (Tabela 1) e registra apenas três teses e dissertações (Tabela 2), o que demonstra um afastamento da disciplina em relação aos debates contemporâneos sobre, por exemplo, integração regional, fronteiras e mobilidade no contexto europeu. Quanto ao Oriente Médio, os dados apontam uma quase ausência de pesquisas em todas as áreas, incluindo a Geografia. Segundo Menem (2020), essa lacuna pode ser explicada por barreiras geopolíticas, culturais e epistemológicas que ainda limitam o desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas sobre essa região no Brasil.

De modo geral, as Relações Internacionais despontam como um campo emergente e protagonista nos estudos de áreas estrangeiras – ainda sendo necessário verificar quais especificamente são estudos de áreas. Com números expressivos de dissertações e teses sobre a China, os Estados Unidos, países dos BRICS e a América do Sul, a área tem ampliado sua atuação analítica e metodológica, articulando os temas das relações diplomáticas, comércio exterior, integração regional e reconfigurações do poder global. Como afirmam Caixeta (2018) e Rocha (2023), embora os estudos de área ainda sejam um campo minoritário dentro das Relações Internacionais, seu crescimento recente é notável e responde às transformações do cenário internacional. Essa atuação contrasta com a da Geografia, cuja menor inserção sugere o desafio de intensificar a expansão da temática na disciplina.

4 ANÁLISES TERRITORIAIS, GEOPOLÍTICAS E REGIONAIS

Análises territoriais, geopolíticas e regionais de processos, países e regiões do mundo são uma das principais formas pelas quais a Geografia no Brasil tem produzido estudos de áreas estrangeiras. Os dados do CTDC nas tabelas 3 e 4 especificam os dados sobre a Geografia. Ao aprofundar nos dados e na leitura de pesquisas representativas, o viés crítico, de tradição consolidada desde o movimento de redemocratização, se destaca nas pesquisas sobre áreas estrangeiras na Geografia do Brasil. Dialogando com Powell et al. (2017), frequentemente vistos como herança de projetos estratégicos dos países do norte geopolítico, tais pesquisas no Brasil se reconectam à geografia política e econômica por meio de práticas epistemológicas críticas, localizadas e de viés anticoloniais.

A Tabela 3 mostra o número de pesquisas de teses e dissertações de Geografia (CTDC) que, de fato, são caracterizadas como estudos de área, e a Tabela 4 mostra os principais temas gerais desenvolvidos nas pesquisas. O critério adotado para discernir quais pesquisas realmente eram 'estudo de áreas' foi a verificação da ocorrência de análises geográficas

humanas ou naturais focadas sobre um país (ou áreas dentro de suas fronteiras) ou região do mundo. Neste sentido, não foram considerados como 'estudos de áreas' as pesquisas que utilizam o nome das regiões ou países como referência para análises de áreas e processos dentro do Brasil. Somente as pesquisas cujo foco de análise foram as regiões e áreas estrangeiras (países, regiões, integração regional, cidades etc) foram considerados 'estudos de áreas'.

Tabela 3 - Quantitativo dos Estudos de áreas nos trabalhos selecionados de Geografia no CTDC.

	Geografia	Geografia Estudos de Área
África	26	10
Ásia	15	6
Europa	3	1
latino-americano	110	27
Oriente Médio	4	1
América do Norte e EUA	12	8
Sul-americano	72	25

Fonte: BRASIL (2024). Organizado pelo autor.

Tabela 4 - Principais temas desenvolvidos nos estudos de área em Geografia por região do mundo (CTDC).

	TEMAS									
REGIÕES DO MUNDO	Poderes, Conflito, Território	Geopolítica	Integração regional	Movimentos sociais	Gênero e raça	Migração	Climatologia e Desertificação	Planejamento. Urbano, gestão	Segurança regional	Agrário
latino-americano	13	5	1	3	3	2				
Sul-americano	2	4	7				8		4	
África	1		1				2	5		1
Europa		1								
Médio Oriente	1									
América do Norte	2	2				1	1			
Ásia	1	4					1	1		

Fonte: BRASIL (2024). Organizado pelo autor.

Comparativamente a outros campos das ciências humanas, os estudos de área na Geografia brasileira ainda não são numerosos, como mostram os dados do CTDC. A Tabela 3 revela que a maioria dessas pesquisas se concentra na América Latina (27) e América do Sul (25), seguidas pela África (10), América do Norte (8) e Ásia (6), o que demonstra uma forte tendência à priorização do entorno geopolítico imediato e de parcerias

estratégicas do Brasil no Sul Global. Essa concentração regional pode ser vista como expressão de um projeto geopolítico e epistemológico, em que a Geografia das Relações Internacionais tem buscado territorializar criticamente os vínculos internacionais do país, articulando temas como poder, conflito e integração regional (COSTA, 2009; VITTE, 2020).

Os dados da Tabela 4 indicam que os principais temas abordados nesses estudos concentram-se nas categorias clássicas da geografia política e crítica: relações de poder, conflitos territoriais, geopolítica e integração regional, especialmente nas pesquisas sobre a América Latina e América do Sul. Nessa perspectiva, estudos como os de Nogueira (2017) e Garcia (2021) se destacam por adotar abordagens comparativas e de viés marxista e neomarxista, centradas na dialética capital-trabalho e no papel estratégico dos movimentos sociais. Tais trabalhos utilizam categorias como território, espaço e conflito para analisar as desigualdades e as resistências construídas nos espaços latino-americanos.

A América Latina, conforme apontam Vitte et al. (2020), foi a primeira região a estruturar de forma sistemática o enfoque dos estudos de área na GRI, com ênfase na integração regional através de pesquisas sobre a infraestrutura, energia e logística regional. A abordagem crítica à integração proposta pelo Mercosul e Unasul reflete-se em pesquisas que investigam tanto os efeitos econômicos quanto os impactos socioambientais danosos desses projetos sobre os territórios locais (VITTE, 2020). Além disso, a predominância de pesquisas em escala regional (9 no total) parece indicar uma tentativa de superar as análises fragmentadas e reforçar uma leitura integral e continental dos processos geográficos.

No caso da África, os estudos apresentam uma singularidade: são frequentemente realizados por estudantes africanos em intercâmbio acadêmico no Brasil, especialmente de Moçambique. Dos 39 estudos identificados, 32 foram produzidos por moçambicanos, com temas que vão desde conflitos e territorialidades até saúde, turismo e epistemologia. A produção científica sobre a África também é fortalecida por grupos de pesquisa como o GéoÁfrica (UFRJ) e o GeoAfro (UnB), além das contribuições sistemáticas de autores como Frédéric Moiné (2020, 2022, 2023), que têm consolidado um campo próprio de análise territorial africana na Geografia brasileira.

A Ásia aparece menos nos estudos de área, com destaque para a China, foco principal de pesquisas voltadas à reordenação da geopolítica global no pós-Guerra Fria, especialmente no contexto da Belt and Road Initiative (BRI) (IBANEZ et al., 2023; SANTOS, 2022). A Índia, Japão, Coreia do Sul e Indonésia permanecem marginalizados nas pesquisas, refletindo uma lacuna, dado o peso político e econômico dessas nações. O mesmo ocorre com o Oriente Médio, região praticamente ausente nas teses e dissertações analisadas, apesar da crescente importância do Brasil nas relações energéticas e comerciais com países árabes (MENEM, 2020).

Sobre a Europa e América do Norte, os estudos, mesmo pouco numerosos, estão focados em comparações com a realidade latino-americana. As pesquisas sobre a Europa tendem a abordar desequilíbrios regionais e as disputas territoriais internas à União Europeia, com destaque para os desafios impostos pelos novos regionalismos e pelas políticas territoriais

comparadas entre França e Brasil (SILVA; SILVA, 2010; RUCKERT, 2013; RUCKERT; GRASLAND, 2016; RUCKERT; CARNEIRO, 2021). Tais estudos, embora pontuais, revelam um esforço para compreender os descompassos entre políticas públicas e as dinâmicas espaciais no contexto europeu, inserindo-se num debate crítico sobre coesão territorial e desigualdades socioespaciais. Já as pesquisas sobre os Estados Unidos dialogam com temas globais, como a disputa hegemônica com a China em torno das políticas climáticas (MOREIRA, 2014), revelando um viés geopolítico que extrapola a análise de um único território e busca compreender as dinâmicas de poder em escala planetária.

A Rússia, por sua vez, tem emergido como objeto de análise sobretudo a partir de sua atuação geopolítica em contextos de crise, como na pandemia de COVID-19 (LUCENA; CUNHA, 2022) e no conflito com a Ucrânia, abordado sob múltiplas perspectivas, incluindo as tensões pré-guerra (COSTA, 2015; LUCENA et al., 2020) e as consequências da guerra para a ordem internacional (IBANEZ; SILVA, 2023). As pesquisas sobre a Guerra Civil da Síria (LUCENA, 2017; MARIA VARGAS; LUCENA, 2022) completam esse quadro, demonstrando que, mesmo quando escassos, os estudos de área sobre Europa, Rússia e Oriente Médio são fortemente orientados por uma leitura crítica da geopolítica contemporânea, marcada por conflitos, reposicionamentos estratégicos e disputas pela hegemonia global.

Os dados revelam uma Geografia Brasileira que, embora ainda tímida em termos quantitativos nos estudos de área, apresenta forte orientação crítica e geopolítica, voltada para o Sul Global e articulada às contradições do sistema-mundo. A ênfase em categorias como território, poder e conflito, aliada à valorização de experiências locais e à crítica ao imperialismo, revela um projeto de conhecimento situado, que desafia as lógicas tradicionais dos estudos de áreas hegemônicos — o que dialoga, em última instância, com a crítica de Child e Barnes (2019) aos "estudos de áreas sem Geografia".

5 GLOBALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL CRÍTICAS

No final do século XX e principalmente no século XXI, o Brasil passou a reivindicar um papel mais ativo na cena internacional, articulando-se em fóruns multilaterais como ONU, G20 e OEA, ao mesmo tempo em que buscou consolidar estratégias de cooperação Sul-Sul, mediação de conflitos e defesa de agendas vinculadas à justiça social e à sustentabilidade. Somado à tradição da 'cultura de oposição' essa situação implicou também um reposicionamento epistemológico no campo da Geografia, com o fortalecimento de abordagens críticas sobre os processos de globalização e integração regional, em especial no contexto sul-americano. Denominamos aqui de 'Globalização e integração regional críticas' estas abordagens que questionam os efeitos excludentes das políticas neoliberais de integração mundial e regional. Essas críticas enfatizam os impactos sociais e territoriais negativos para populações locais e propõem alternativas baseadas em justiça social e autonomia regional.

A globalização, longe de ser um processo homogêneo ou democrático, é abordada pela Geografia brasileira a partir de uma perspectiva

fortemente ancorada na Teoria Social Crítica (SANTOS, 2019). Nesse perspectiva, autores como Milton Santos, Octavio Ianni, David Harvey, François Chesnais e Georges Benko são frequentemente mobilizados para problematizar a globalização em suas expressões concretas sobre os territórios locais e regionais, evidenciando como seus efeitos reforçam desigualdades socioespaciais e impõem racionalidades externas aos lugares (SANTOS, 2019). Milton Santos destaca-se como o autor majoritariamente mais citado e influente, enfatizando as "fábulas" e "perversidades" desse fenômeno e os efeitos desiguais que ampliam as disparidades entre países e dentro dos próprios territórios (SANTOS, 2019).

Santos (2008) propõe que as "possibilidades" de construção de uma "outra globalização" não surgirá dos centros hegemônicos do sistema-mundo, mas sim "a partir dos países subdesenvolvidos", de modelos alternativos formulados conforme as especificidades históricas, territoriais e culturais de cada país. Essa visão crítica se insere em uma tradição que busca superar o discurso hegemônico da inevitabilidade e universalidade da globalização, contrapondo-lhe a necessidade de uma reconstrução epistemológica e política que priorize as territorialidades periféricas.

Para Santos (2008) a formação de blocos e associações regionais é concebida como uma possibilidade concreta para a reconfiguração das relações internacionais, no caso, devendo transcender a esfera comercial de forma a abrir espaço para a prevalência de preocupações sociais, culturais, ambientais e éticas. Tal proposição encontra ressonância na literatura crítica internacional nos estudos de áreas. Na mesma direção, Sidaway (2013), ao refletir sobre a geografia da globalização e a problemática dos estudos de área, também reconheceu o valor das formas regionais de organização sociopolítica nos países do Sul Global, sobretudo como tentativas de articular resistências à lógica neoliberal e às continuidades imperiais inscritas na produção do espaço.

Para Sidaway (2013), ainda que o regionalismo periférico não seja isento de contradições, ele pode representar um espaço de rearticulação epistemológica e política quando formulado a partir de projetos territorializados e comprometidos com valores democráticos, culturais e históricos próprios. Os entendimentos de ambos autores questionam os dispositivos de homogeneização espacial e criticam a reificação de lógicas supraterritoriais que desconsideram os sujeitos concretos dos lugares, e revelam assim a importância de modelos alternativos de globalização oriundos da periferia do sistema-mundo, desde que enraizados nas especificidades locais e não simplesmente reativos às pressões hegemônicas.

Entretanto, Sidaway (2013) alerta para o uso instrumental dos "estudos de área" por potências centrais, sobretudo quando esses saberes são mobilizados para justificar políticas intervencionistas e projetos geopolíticos imperiais em regiões específicas do mundo. Neste sentido alerta para o esforço em não repetir a função colonial dos estudos de áreas, mas buscar caminhos éticos e comprometidos com os sujeitos e os territórios subalternizados. Considerando os limites do "outro" espacial, Sidaway (2013) destaca que os geógrafos devem pensar as regiões do mundo não como objetos de controle, mas como construções políticas dotadas de agência e complexidade própria. Na mesma direção, Santos (2008) destaca

que somente os países subdesenvolvidos podem forjar uma outra globalização, desde que se recusem a replicar os paradigmas dos países centrais do imperialismo. Assim, considerando a globalização pela perspectiva crítica dos países não-hegemônicos, os estudos de áreas, em diálogo com Santos (2008), têm problematizado as relações territoriais e a legitimidade das construções político-espaciais elaboradas a partir da periferia, sem ceder à armadilha do essencialismo ou da captura instrumental para interesses externos.

A partir dessa leitura crítica, pensar os processos internacionais e o posicionamento do Brasil no jogo geopolítico global implica considerar a centralidade da Divisão Internacional do Trabalho e as hierarquias socioambientais que ela engendra. Esse referencial tem orientado os estudos geográficos brasileiros sobre áreas estrangeiras, sobretudo por meio de uma abordagem crítica de matriz econômica e política, comprometida com a denúncia das assimetrias estruturais que organizam o espaço mundial. Tais significados tornam-se evidentes nas análises críticas sobre os processos de regionalização e de integração da América do Sul — temas que se consolidaram como alguns dos principais eixos da Geografia política e da Geografia das Relações Internacionais no Brasil (SENHORAS et al., 2019).

A integração regional sul-americana é um dos temas marcantes da produção acadêmica brasileira sobre estudos de área (SENHORAS et al., 2020). A formação de blocos como o Mercosul e a Unasul embora tenha sido inicialmente interpretada como uma tentativa de romper com a lógica neoliberal e subalterna da inserção internacional, apresentou vários desafios e contradições. Embora a integração regional na América do Sul tenha sido historicamente marginalizada durante o período da Ditadura Militar, o contexto político-econômico do início do século XXI, marcado pela chamada "onda rosa" e pelo "boom das commodities" entre 2000 e 2014, conferiu novo impulso a essa agenda por meio do fortalecimento de blocos como o Mercosul e a Unasul (COSTA, 2009; VITTE, 2020). Tal movimentação ganhou maior relevância no cenário internacional ao buscar contrabalançar os alinhamentos econômicos desiguais com as Grandes Potências e mitigar as interferências externas, inclusive no âmbito da segurança regional – sobretudo após os eventos do 11 de setembro de 2001, que intensificaram o cenário de conflitos políticos e militares com protagonismo estadunidense (COSTA, 2009).

Esse período coincidiu com um aumento significativo das exportações decorrente do "boom das commodities", o que fomentou a demanda pela criação de eixos de integração física entre áreas economicamente dinâmicas do continente, destacando-se os investimentos em infraestrutura de transporte, energia elétrica e portos. No entanto, a efetividade dessas iniciativas foi limitada pela ausência de convergência nos marcos regulatórios entre os países-membros e pela insuficiência de recursos financeiros, fatores que condicionaram a incipiência dos projetos de integração (VITTE, 2020). Convergentes com os entendimentos de Santos (2008) e Sidaway (2013), Claudette Vitte (2020), uma das principais autoras do tema, enfatizou criticamente à ênfase geoeconômica dominante nesses projetos, destacando que a priorização das dimensões econômicas

obscureceu o desenvolvimento social e ambiental dos territórios envolvidos. Essa situação resultou em um quadro que, longe de promover benefícios locais, expôs as comunidades a riscos sociais e ambientais elevados, com a autora denunciando as contradições inerentes aos processos de regionalização impulsionados por interesses economicistas.

As pesquisas têm alertado para os desafios atuais da integração regional. Nos anos mais recentes, especialmente entre 2018 e 2022, sob a gestão do governo Bolsonaro, foi possível observar o desmantelamento sistemático de projetos voltados à integração regional sul-americana, fato que se alia a dinâmicas externas de influência geopolítica (VITTE, 2020). Nesse contexto, na última década a América do Sul tornou-se palco da intensificação da disputa por hegemonia econômica e política entre Estados Unidos e China, cujas presenças concorrentes geram tensões comerciais e políticas na região. Os Estados Unidos, em particular, têm ampliado sua atuação estratégica no Atlântico Sul, numa tentativa explícita de conter a crescente influência dos blocos sino-indiano-brasileiros (RUCKERT; CARNEIRO, 2018; PECEQUILLO, 2016).

Ainda no campo das políticas internacionais, o Banco Mundial, alinhado a preceitos neoliberais, tem promovido a adoção do "regionalismo aberto" como modelo para a integração sul-americana — uma orientação que já fora implementada na década de 1990 e que resultou em severas crises econômicas e sociais com impactos desiguais e altamente negativos para as populações locais (RUCKERT e CARNEIRO, 2018). Tais tipos de mecanismos de preservação da lógica colonial e imperial, têm sido denunciados no contexto internacional dos estudos de áreas, por exemplo em Sharp (2019) e Cheng e Liu (2022). Sharp (2019), alerta para o uso instrumental dos estudos de área como prática difrativa que, ao invés de desafiar as hierarquias geopolíticas, frequentemente as reproduz sob novas roupagens. Para o autor a geografia deve abandonar a lógica de diferenciação binária e de produção de saberes subordinados que legitimam intervenções externas, como as promovidas por instituições multilaterais**.** Nessa direção, Cheskin e Jasina-Schafer (2022) destacam que os estudos de área, quando operam sob lógicas normativas oriundas de centros hegemônicos, tendem a obscurecer as formas locais de agência e contestação, sendo, portanto, fundamentais os esforços de descentralização e pluralização epistemológica na construção de entendimentos verdadeiramente pós-hegemônicos. Buscando superar tais desafios Cheng e Liu (2022) introduzem o conceito de "world-writing", que tanto expõem a centralidade das epistemologias eurocêntricas na produção de discursos globais, quanto defendem a reescrita do mundo a partir das vozes periféricas. Os autores propõem a descentralização das narrativas geográficas globais em favor de epistemologias situadas – no caso deles, a chinesa, mas que pode ser correlacionada à sul americana.

Nesse sentido, em termos de "world-writing", a imposição de modelos como o "regionalismo aberto" pode ser lida como expressão de uma geopolítica do conhecimento que invisibiliza as possibilidades de integração baseadas nas especificidades territoriais, históricas e culturais da América do Sul. Dentro do campo da Geografia Brasileira, conforme indicam os dados que evidenciam uma forte concentração temática em

disputas de poder e integração regional, prevalece a análise crítica de que o abandono dessas estratégias excludentes e geradoras de desigualdades constitui um dos principais desafios contemporâneos para os povos da América do Sul e da América Latina como um todo (THEIS, 2021).

6 ANCESTRALIDADE CRÍTICA: NOVAS POSSIBILIDADES

Chamamos de ancestralidade crítica o resgate contemporâneo de identidades epistemológicas moldadas por legados históricos e sociais que impactam a forma de conceber e estudar áreas estrangeiras e processos globais. No Brasil, a ancestralidade crítica é também herança da "cultura oposicionista" que se desenvolveu na universidade pública sob influência dos movimentos sociais, na crítica ao capitalismo, na defesa da democracia e na oposição ao autoritarismo (MOTTA, 2014; VERDI, 2018; GONÇALVES, 2022). A noção de ancestralidade crítica aqui sugerida se conecta à historicidade das lutas sociais no Brasil e ao modo como elas influenciam a epistemologia da Geografia no Brasil, particularmente nos estudos de áreas estrangeiras. Tais heranças não são apenas marcas do passado, mas operam ativamente como matriz teórica e metodológica na produção geográfica contemporânea, sobretudo em contextos de enfrentamento ao colonialismo epistêmico e ao autoritarismo político.

Essa herança é evidente na predominância de abordagens críticas nas pesquisas sobre áreas estrangeiras (Tabela 1), especialmente com ênfase em temas como geopolítica, disputas de poder e conflitos, o que confirma o diagnóstico de Santos (2019), Pinto (2022) e Pinto et al. (2021). Tais direções contestatórias podem ser indicativos no Brasil do que Cheskin e Jasina-Schafer (2023) chamaram de "virada epistemológica nas abordagens críticas aos estudos de área", com os estudos se afastando das estruturas estatais e se aproximando das vozes marginalizadas e das práticas cotidianas nos territórios periféricos. A sugestão dos autores é que somente a partir de práticas epistêmicas vindos de saberes locais e das formas plurais de vínculos de pertencimento com o lugar, será gerado o potencial de desafiar as fixações identitárias e os binarismos geopolíticos herdados da Guerra Fria, no nosso caso, via Ditadura Militar. Isso abre caminhos para regionalizações mais situadas, éticas e sensíveis à diversidade histórica e cultural. Como demonstram os dados das tabelas, os temas dos estudos de áreas em Geografia no Brasil reforçam práticas que Sharp (2019) chamaria de difrativas, ou seja, que podem ser capazes de romper com os espelhamentos coloniais que separam o "nós" e os "outros" de modo binário.

Nesse contexto, a Europa, como representante da colonialidade e da modernidade, e os Estados Unidos, protagonistas da globalização e do capitalismo internacional, tornam-se espaços epistêmicos a serem problematizados, enquanto África e América Latina se consolidam como regiões de referência para novas possibilidades. No Brasil, esses desafios têm ocorrido a partir de uma perspectiva educacional e histórica (como indica a Tabela 2) em diálogo com os movimentos sociais, por meio da recuperação da ancestralidade africana e latina. Advinda dos movimentos sociais negros da década de 1970, a Lei 10.639/2003 introduziu a disciplina

obrigatória "História e cultura africana e afro-brasileira" no currículo nacional, tornando o ensino da África um dos cinco temas mais abordados atualmente nas pesquisas sobre relações étnico-raciais (SANTOS, 2020). Isso aponta para críticas ao eurocentrismo e à discriminação, fortalecendo internamente as pesquisas sobre conflitos de terra, segregação espacial e constituição de lugares étnicos (indígena, quilombola, cigano etc) (RATTS, 2010; 2024). Como visto na Tabela 4, é bem presente as produções voltadas à África e Ásia que escapam da lógica geoeconômica tradicional e se alinham à crítica estrutural do colonialismo e das epistemologias do Norte. Tal mudança estrutural parece ir na direção do que Sharp (2019) chama de 'práticas geográficas que não repliquem as estruturas imperiais do saber', e ao que Cheng e Liu (2022) propôs como 'reescrita do mundo' (*world-rewriting*) a partir das margens.

Diante do exposto, que direções reflexivas podemos observar para o futuro? Na Geografia no Brasil a leitura atualmente adotada foi afirmada no processo de defesa da democracia e das lutas sociais — e reafirmadas nos dias de hoje diante dos ataques autoritários (GONÇALVES, 2022). A consciência crítica sobre os efeitos das imposições de macroprocessos de origem colonial-capitalista-eurocêntrica sobre os países estimula o surgimento de novas concepções. Propostas de "regionalização de baixo para cima" (HAESBAERT, 2020) vão nessa direção, com o desafio de fortalecer o "bloco social dos oprimidos" (indígenas, afrodescendentes, gênero, camponeses etc.) e romper com a passividade da América Latina e África no Sistema Internacional (THEIS, 2021). A proposta de uma nova geografia regional no Brasil acolhe e pretende desenvolver tais iniciativas (LEOPOLDO et al., 2021). Essa perspectiva busca evitar uma unidade regional universal (continental ou global), e valorizar os processos de diferenciação espacial, como culturais, ambientais e de saberes. Mover-se nessa direção "inversa" à tradição autoritária ocidental parece ser uma das maneiras pelas quais a Geografia no Brasil regionalizará o mundo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de área na Geografia Brasileira têm assumido uma orientação crítica que tanto se diferencia das abordagens tradicionais em outros contextos geográficos, especialmente nos países considerados 'centrais' em termos políticos, econômicos e epistemológicos, quanto tem sido respaldada por discussões recentes em âmbito internacional. Ancorada em uma herança epistemológica influenciada pela resistência democrática, pelos movimentos sociais e por uma leitura contra-hegemônica da globalização, a Geografia brasileira tem tensionado os usos instrumentais das áreas estrangeiras e reconfigurado sua prática investigativa por meio da valorização de identidades territoriais, saberes locais e conflitos sociais, articulando essas dimensões a um modo de conhecer o mundo que parte dos territórios geopoliticamente periféricos.

Observa-se uma crescente atenção a temas geopolíticos e às dinâmicas do sistema internacional. Contudo, os países mais estudados nem sempre coincidem com os principais parceiros estratégicos do país. Os Estados Unidos aparecem com alguma relevância, sobretudo no contexto

de disputas de poder, mas os países específicos do Mercosul e mesmo os BRICS ainda não ocupam um espaço sistemático e proporcional à sua importância geopolítica atual. A presença dos BRICS, especialmente China, é ainda pouco volumosa nos dados mapeados (Tabelas 2 e 4), o que indica uma possível lacuna temática na articulação entre a política externa e a produção geográfica. Os estudos relacionados a África e Ásia têm ganhado espaço, principalmente a partir de pesquisas de alunos africanos em intercâmbio e perspectivas críticas. Em muitos casos, os estudos não se concentram em países específicos, mas em processos mais amplos ligados à herança colonial e aos desafios contemporâneos da globalização. A África, por exemplo, surge não apenas como objeto de análise externa, mas como referência epistêmica na crítica ao eurocentrismo, especialmente por meio de políticas como a Lei 10.639/2003, que impulsionaram o ensino e a pesquisa sobre o continente. A Ásia é menos presente, com raras exceções voltadas à geopolítica da China. Assim, a característica predominante nas pesquisas parece estar menos relacionada ao alinhamento com os interesses geopolíticos contemporâneos do Brasil, e mais vinculada às agendas internas da Geografia crítica brasileira.

Duas perspectivas podem ser vislumbradas. A primeira aponta para a consolidação de um campo de produção científica capaz de construir alternativas regionais e críticas à globalização neoliberal, conforme defendido por Santos (2008) e observados nos dados analisados. Essa via se orienta pela ampliação de parcerias Sul-Sul, valorização das lutas territoriais e fortalecimento de blocos sociais contra-hegemônicos como práticas concretas de regionalização contra o modelo "aberto" e subordinado. A segunda perspectiva, mais reflexiva e 'difrativa', sugere a necessidade de repensar conceitos como região, identidade e diferença, tornando-os menos fixos e mais relacionais, tal como propõem autores como Sharp (2019), por meio de uma abordagem que não se limite à crítica, mas também estimule a reimaginação do mundo a partir de relações éticas, contextuais e situadas. Ambas as direções convergem na valorização de uma geografia comprometida com as transformações sociais e luta contra as desigualdades históricas e epistêmicas que ainda estruturam as relações internacionais e a pesquisa geográfica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Catálogo de Teses e Dissertações**. Brasília, DF: CAPES, 2024. Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/. Acesso em 09 Jun. 2024:

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – DRG**. Brasília: CNPq, 2024. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/web/dgp. Acesso em: 22 Jul. 2024.

BUSSE J.; VALBJØRN M.; DOOLOTKELDIEVA A.; ORTMANN S.; SMITH K.; SHAMI S.; COSTA S.; WEIPERT-FENNER I.; WOLFF J.; SCHÄFER S.; OSTERBERG-KAUFMANN N. Contextualizing the Contextualizers: How the Area Studies Controversy is Different in Different Places. **International Studies Review,** v. 26, n. 1, pp. 01-28, 2024.

CAIXETA M. B. (2018). Por uma teoria latino-americana das Relações Internacionais: contribuições dos Estudos de Área. **Anais do 4º Seminário da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)**. Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em: https://www. seminario2018.abri. Acesso em: 22 jul. 2024.

CAMPOS, R. R. **Breve histórico do pensamento geográfico brasileiro nos séculos XIX e XX**. Paco Editorial, 2014.

CARGNIN, A. P.; LEMOS, B. DE O.; RÜCKERT, A. A. O planejamento territorial na França e no Brasil: uma abordagem comparativa. **Geo UERJ,** v. 37, p. 01-20, 2020.

CARVALHO, P. N.; CIMINI, F. O regionalismo na América do Sul no início do Século XXI: uma análise de suas inflexões práticas e da produção intelectual brasileira. **Estudos Internacionais**. Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v. 7, n. 3, p. 82–102, 2019.

CHENG, H.; LIU, W. Geography, area studies and Chinese world-writing. **Progress in Human Geography**, v. 46, n. 4, p. 1065–1085, 2022.

CHESKIN, A.; JAŠINA-SCHÄFER, A. Relational area studies: Russia and geographies of knowledge. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 47, n. 4, p. 1044-1057, 2022.

CHILD, E. C.; BARNES, T. J. American imperial expansion and area studies without geography. **Journal of Historical Geography**, v. 66, p. 43–54, 2019.

COÊLHO, V. L. P. A política regional do governo Lula (2003-2010). **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 265–286, 2015.

COSTA, W. M. A Geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional. **L'Espace Política**, v. 31, 2017.

COSTA, W. M. O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie**, n. 25, 2015.

COSTA, W. M. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins. Revue franco- brésilienne de géographie /Revista franco-brasilera de geografia**, v. 7, 2009.

GARCIA, D. M. P. **Soja em um vaso de flores: Geopolítica dos alimentos e divisão sexual do trabalho na América Latina (1t8z-2015).** Santa Maria, 2021, 404 f. Dissertação de Mestrado em Geografia, Brasil: UFSM, 2021.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia e movimentos sociais no processo de globalização em curso: apontamentos. **Boletim Gaúcho de Geografia.** v. 24, n. 1, 1998.

GONÇALVES, R. J. D. A. F. Uma Geografia que propõe ao Brasil, uma Geografia que defende a democracia. **Revista da Anpege**, v. 18, n. 36, p. 11-17, 2022.

HAESBAERT, R. Regionalizações brasileiras: antigos legados e novos desafios, **Confins**, v.44, 2020.

IBAÑEZ, P.; OLIVEIRA RECIO, C.; PERREIRA , A. B. A relação sino-indiana para influência no sul da Ásia: o caso da Belt and Road Initiative (BRI). **GEOgraphia**, v. 25, n. 54, p. 19, 2023.

IBAÑEZ, P.; SILVA, L. Guerra da Ucrânia: Perspectivas Territoriais. **Revista Continentes,** v. 1, p. 207-221, 2023.

LEOPOLDO, E.; HAESBAERT, R.; DA CRUZ, R. D. C. A.; SERPA, A. **Por uma nova geografia regional.** Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

LESSA, L. A. **Pirataria marítima na Somália e no Golfo da Guiné: redes, atores e escalas de ação**. Rio de Janeiro, 2019, 100 f. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LOPES DOS SANTOS, K. Forgotten territories: the uneven geography of FDI in Africa and the case studies of Burundi, Central African Republic, Comoros, Guinea-Bissau and São Tomé and Príncipe. **African Geographical Review**, v. 1, p. 1, pp. 467-482, 2022.

LOPES DOS SANTOS, K. Por uma Geografia dos países africanos: a formação socioespacial como partido de método e o caso de Gana no início do século XXI. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 110, pp. 298–316, 2023.

LUCCA D. D. Estudos de Área, Zomia e Sudeste Asiático. Uma introdução às geografias do saber. **Terra Brasilis. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, v. 15, 2021.

LUCENA A. M. M.; LEITE A. C. C.; NOBRE F. Invasão à Crimeia: Influência ocidental na Ucrânia e Retaliação russa por meio da política externa sob o governo Vladimir Putin (2014-2015). **Carta Internacional (USP)**, v. 15, n. 1, pp. 29-55, 2020.

LUCENA A. M. M; LEITE A. C. C.; SECCHES D. V. Tomador de decisões asiático: Federação Russa e sua busca por liderança estratégica em segurança na Ásia Central pela Organização de Cooperação de Xangai (SCO) (2001-2018). **Relaciones Internacionales (La Plata)**, v. 1, pp. 155-25, 2022.

LUCENA, A. M. M.; LEITE, A. C. C.; SPUTNIK V. A Corrida Imunológica e a Geopolítica Russa Frente à COVID-19 (2020-2021). In: TEIXEIRA, Vinicius Modolo, SOUZA, Angelita Matos, SOUZA, Elói Martins. (Org.). **Geopolítica e Relações Internacionais: Agendas de Segurança e Defesa.** Boa Vista: Editora IOLE, 2022. Cap. 6, pp. 157-187.

LUCENA, G. G. **A geopolítica da Guerra Civil da Síria e suas implicações para o Brasil. Brasília,** 2017, 146 f. Mestrado em Geografia, Universidade de Brasília.

MAALOUF, R. P. Geoestratégias em confronto no Líbano em guerra (1975-90). São Paulo, 318 f. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade de São Paulo, 2011.

MACKINDER, H. J., The Geographical Pivot of History. The Geographical Journal, v. 23, n. 4, pp. 421-437, 1904.

MARIA VARGAS, G.; LUCENA, G. G. . A Guerra Civil Síria: Relações entre o Conflito Armado e o Domínio Territorial. In: TEIXEIRA V. M.; SOUZA A. M.; SENHORAS E. M. (Org.). **Geopolítica e relações internacionais. Agendas de Segurança e Defesa**. 1ed.Boa Vista: IOLE Editora, 2022, v. 1, pp. 47-77.

MENEM I. R. O Oriente Médio na agenda brasileira de Cooperação Sul-Sul (2000-2020). **Revista Conjuntura Global,** v. 9, n. 2, pp. 58-72, 2020.

MOREIRA, H. M. **A formação da nova geografia política das mudanças climáticas: o papel dos Estados Unidos e da China.** São Paulo, 2014, 313 f. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade de São Paulo.

MOINÉ, F. A África subsaariana diante da pandemia de Coronavírus/COVID-19: difusão espacial, impactos e desafios. **Espaço e economia,** v. 18, 2020.

MOINÉ, F. Editorial: A África subsaariana frente às mudanças climáticas - Perspectivas e desafios. **Boletim GeoÁfrica**, v. 1, pp. 6-15, 2022a.

MOINÉ, F. Editorial: Cidades e Urbanização na África subsaariana e em Moçambique. **Boletim GeoÁfrica,** v. 2, p. 1-11, 2023.

MOINÉ, F. Editorial: Questões geopolíticas contemporâneas na África subsaariana. **Boletim GeoÁfrica**, v. 1, pp. 1-5, 2022b.

MOINÉ, F. Riscos e vulnerabilidades na África subsaariana. **Boletim GeoÁfrica** , v. 2, pp. 1-8, 2024.

MOREIRA H. M.; RIBEIRO W. C. A China na ordem ambiental internacional das mudanças climáticas. **Estudos Avançados,** v. 30, n. 87, pp. 213-234, 2016.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária.** Rio de Janeiro, Brasil: Zahar, 2014.

NOGUEIRA, A. P. F. N. **A dimensão educativa nas territorialidades dos movimentos sociais do campo na América Latina: uma mirada a partir do MST e EZLN.** Recife, 2017, 250 f. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco.

ONUKI, J. A. **Economia Política Internacional construída como subárea das Relações Internacionais (2017)**. Texto apresentado no Concurso Público para Professor Titular, IRI-USP. Publicado em *2017*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5132133/mod_resource/content/1/EPI_Onuki_2017.pdf. Acesso em 15 dez. 2023.

PAUTASSO, D. A economia continental chinesa e seu 'efeito gravitacional'. **Revista de Sociologia e Política,** v. 19, pp. 45-56, 2012.

PAUTASSO, D. A Economia Política Internacional da China para Angola e os caminhos da transição sistêmica. **Século XXI: revista de relações internacionais /Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio Grande do Sul**. v. 1, pp. 107-126, 2010.

PAUTASSO, D. A geografia do desenvolvimento da Ásia-Pacífico: as particularidades do caso chinês. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 34, p. 37-56, 2009.

PAUTASSO, D. China, Rússia e a integração asiática: o sistema sinocêntrico como parte da transição sistêmica**. Conjuntura Austral**, v. 2, n. 5, p. 45-60, 2011.

PAUTASSO, D.; NOGARA, T. S. The Belt and Road Initiative?s Security Challenges: The Chinese Globalization Project and Sino-American Rivalry. In: DUARTE, P. A. B.; LEANDRO, F. J. B. S.; GALÁN, E. M. **The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics The Case of the Belt and Road Initiative.** Singapure: Palgrave Macmillan, 2023. Cap. 31, pp. 529-542.

PECEQUILLO CS. O reposicionamento estratégico dos Estados Unidos na América do Sul. In PASSOS, R. D. F; FUCCILLE, A. **Visões do Sul.** Marília: Oficina Universitária, 2016. Cap. 11, pp. 229-246.

PINTO, V. A. M. **Geometrias de poder e espacialidades da produção científica da geografia brasileira de 1tt8 a 2018**. Ponta Grossa, 2022, 234 f. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PINTO, V. A. M.; SILVA, J.M.; JUNCKES, I. J. Hegemonias temáticas, conceituais e de atores da Geografia. **Revista da Anpege**, v.17, pp. 65-82, 2021.

POWELL, Richard C. et al. Interventions in the political geographies of 'area'. **Political Geography**, v. 57, pp. 94-104, 2017.

RATTS, Alecsandro (Alex) J. P.. Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. **Revista Terra Livre**, v. 34, p. 125-140, 2010.

RATTS, Alex. "Geografia e cultura afro-brasileira" no horizonte da educação das relações étnico-raciais. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 01, p. 32-57, 2024.

REYES NOVAES, A.; ARAÚJO LAMEGO, M. Brazilian universities and graduate programmes in geography: Institutional developments and political challenges. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 47, n. 1, pp. 16-22, 2022.

ROCHA P. D. Uma nova base de dados cienciométrica de publicações científicas em periódicos brasileiros de relações internacionais (1997-2021). **Contexto Internacional**, v. 45, n. 1, pp. 1-26, 2023.

ROCHA A. S, SANTOS J. C. D e IBAÑEZ P. A cooperação internacional e os estudos geográficos: um olhar sobre estratégias chinesas para a África e a Ásia Central. **Revista GEOgrafias**, v. 16, n. 2, pp.73-95, 2020.

RUCKERT, A. A.; CARNEIRO F. C. P. Que integração da América do Sul? **Diploweb**, v. 01, pp. 1-17, 2018.

RUCKERT, A.; CARNEIRO, C. Políticas territoriais na União Europeia e no Brasil/América do Sul. **Revista Geopolítica Transfronteiriça,** v. 5, n. 1, pp. 1-27, 2021.

RUCKERT AA e GRASLAND C. Transfronteirizações: possibilidades de pesquisa comparadas à América do Sul-União Europeia. **Revista de Geopolítica,** v. 3, n. 2, pp. 90-112, 2016.

RUCKERT, A. A. Políticas territoriais comparadas entre a União Europeia e o Brasil no contexto da crise econômica mundial. In: **Congresso Internacional Sobre Integração Regional, Fronteiras e Globalização no Continente Americano**. Caderno de resumos e programa. Porto Alegre: IGeo /UFRGS, 2013.

SANTOS, A. B. **A Globalização na Geografia Brasileira.** Recife, 2019, 64 f. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco.

SANTOS, J. C. D. **A China na Ásia Central e a cooperação como código geopolítico.** Seropédica/Nova Iguaçu, 163 f. Dissertação de Mestrado em Geografia, Instituto de Agronomia/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2022.

SANTOS, M. F. A temática racial nas teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em Geografia no Brasil (1987-2018). **Revista da ABPN**, v. 12, pp. 54-77, 2020.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

SENHORAS, E. M. (org.) **Ucrânia sob fogo cruzado: a geohistória de uma guerra**. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

SENHORAS, E. M.; VITTE, C. D. C. S. e ROCHA, A. S. **Geografia e Relações Internacionais: Estudos sobre a América do Sul e o Brasil.** Boa Vista: EdUFRR, 2019.

SHARP, D. Difference as practice: diffracting geography and the area studies turn. **Progress in Human Geography**, v. 43, n. 5, pp. 835–852, 2019.

SIDAWAY, J.D. Geography, globalization, and the problematic of area studies. **Annals of the Association of American Geographers** v.103, n.4, pp. 98 –1002, 2013.

SIDAWAY, J.D., HO, E.L., RIGG, J.D., WOON, C.Y. Area studies and geography: Trajectories and manifesto. **Environment and Planning D: Society and Space,** v. 34, n. 5, pp. 777-790, 2016.

SILVA, B. C. N.; SILVA, M. P. Desequilíbrios regionais no Mundo: o exemplo da União Europeia. **Geografia**, v. 35, n. 2, p. 447-464, 2010.

SILVA, V. S. **A questão Tuaregue do Norte do Mali e a formação do sistema de crises e conflitos do Sahel (África Ocidental)**. Rio de Janeiro, 2016. 198 f. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Rio de Janeiro.

THEIS, I. M. Por uma utopia concreta: contra e mais além do desenvolvimento regional desigual na América Latina. In: LEOPOLDO E., HAESBAERT R., da CRUZ RDCA, SERPA, A. **Por uma nova geografia regional** Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021. Cap. 21, pp. 379-396.

VERDI, E. F. Pensar radicalmente sob a repressão: a geografia crítica brasileira no contexto da ditadura civil-militar. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 22, n. 3, pp. 539-558, 2018.

VITTE, C. C. S. O Brasil e a integração regional da infraestrutura produtiva sul-americana: elementos para pensar o desenvolvimento, o planejamento e o ordenamento territorial. In: GOMES M.T.S., MATUSHIMA M.K. (Eds.). **Contribuições ao estudo da dinâmica econômica e desenvolvimento regional**. Uberaba, Brasil: Editora da UFTM, 2020. Cap. 3, pp. 61-93.

VITTE, C. C. S.; ROCHA, A. S.; SENHORAS, E. M.; (Org.) **Geografia e Relações Internacionais: Temas e Debates Contemporâneos**. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

VIZENTINI, P. G. F. O Brasil e a história das Relações Internacionais. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 21, n. 32, pp. 18-40, 2014.

WALLERSTEIN, I. The Unintended Consequences of Cold War Area Studies. In CHOMSKY, N.; KATZNELSON, I.; LEWONTIN, R. C.; MONTGOMERY, D.; NADER, L.; OHMANN R.; SIEVER, R.; WALLERSTEIN, I.; ZINN, H. (Eds.). **The Cold War and the University**. Nova York: The New Press, 1997. Cap. 7, pp. 195-232.